



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU/RS

PROCESSO N° 14/2010

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2010

### Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (bebida láctea e leite) destinados a alimentação escolar

O **MUNICÍPIO DE MARAU**, pessoa jurídica de Direito Público interno, estabelecida na Rua Irineu Ferlin, 355, na cidade de Marau - RS, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 3.930, de 22 de agosto de 2005, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e alterações, torna público o presente Edital aos que virem ou dele tomarem conhecimento que se encontra aberta a Licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo “Menor preço”, conforme descrição abaixo relacionada, onde se reunirão o Pregoeiro e a Equipe de Apoio designados pela Portaria 191/2009, para o *credenciamento*, no Setor de Licitações **até dia 28 de Janeiro de 2010 as 08:45 horas**, recebendo-se os envelopes de Propostas e Documentação **até as 09:00 horas**, quando se dará o início dos lances, nos seguintes termos:

**1.0 OBJETIVO:** - Constitui objeto da presente Licitação a *Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (bebida Láctea e leite) destinados a alimentação escolar*, conforme descrição.

<i>Lote</i>	<i>Item</i>	<i>Qtd</i>	<i>Un</i>	<i>Cód.</i>	<i>Descrição</i>
1	1	11.365	li	15022	<i>Bebida láctea, polpa <u>sabor morango</u>; Embalagem de polietileno de 1 litro, Aspecto: líquido; Cor, Odor e Sabor característicos, com no máximo de 60% de soro. Não deve conter qualquer tipo de impurezas ou elementos estranhos, com selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), ou SIM (Serviço de Inspeção Municipal) ou ainda o CISPOA (Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal)</i>
1	2	11.365	li	15023	<i>Bebida láctea, polpa <u>sabor salada de frutas</u>; Embalagem de polietileno de 1 litro, Aspecto: líquido; Cor, Odor e Sabor característicos, com no máximo de 60% de soro. Não deve conter qualquer tipo de impurezas ou elementos estranhos, com selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), ou SIM (Serviço de Inspeção Municipal) ou ainda o CISPOA (Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal)</i>
2	1	7.840	li	10257	<i>Leite integral Tipo C, embalagem de polietileno de 1 litro, Aspecto: líquido; Cor, Odor e Sabor característicos. Não deve conter qualquer tipo de impurezas ou elementos estranhos, com selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal), ou SIM (Serviço de Inspeção Municipal) ou ainda o CISPOA (Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal)</i>

1.1 – As bebidas lácteas deverão ter na entrega, **validade mínima de 35 dias** contados da data de fabricação.

1.2 - O Leite Integral Tipo C deverá ter na entrega, **validade mínima de 5 (cinco) dias** contados da data de fabricação.

1.3 As entregas deverão ser feitas somente nos horários em que, os servidores responsáveis pela conferência, tenham disponibilidade de tempo para fazê-lo, ficando assim o Licitante Vencedor impedido de fazer as entregas em horário de intervalo (recreio) das Escolas.

1.4 Os produtos deverão ser de primeira qualidade e embalados em material plástico. O **rótulo** deve conter obrigatoriamente as **seguintes informações**: nome completo do produto, marca, data de fabricação e prazo de validade, nome e endereço do fabricante, peso, sigla e nº do registro em vigência no órgão competente (se houver).



## 1.5 DA PARTICIPAÇÃO

1.5.1 Podem participar da presente licitação todos os interessados que comprovem, eficazmente, o atendimento aos requisitos estabelecidos neste Edital.

1.5.2 É vedada a participação de empresas distintas, constituídas pelos mesmos sócios, no mesmo processo licitatório, sob pena de serem consideradas inabilitadas.

## 2.0 DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

2.1 Os documentos necessários à habilitação e as propostas serão recebidos pela Comissão de Licitação no dia, hora e local, mencionados no preâmbulo desta, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como de **nº 1** e **nº 2**, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE MARAU  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 6/2010.  
**ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA FINANCEIRA**  
PROPONENTE: (Nome completo da Empresa).

AO MUNICÍPIO DE MARAU  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 6/2010.  
**ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO**  
PROPONENTE: (Nome Completo da Empresa).

## 3.0 DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 A licitante deverá apresentar-se para **credenciamento** junto ao Pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada, com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como a prática dos demais atos do certame.

3.1.1 A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.1.2 A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.2 O credenciamento será feito, **até as 08:45 horas do dia 28 de Janeiro de 2010**, conforme segue:

3.2.1 Se **representante legal**, deverá apresentar:

- a) Instrumento público ou particular de procuração**, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida em cartório, devendo constar o nome da empresa outorgante e também o nome do outorgado, constando ainda a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou;
- b) Termo de Credenciamento** (Anexo V) outorgado pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, com assinatura reconhecida em cartório, mais;
- c) Declaração de Conformidade** (Anexo VI), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação bem como a ciência e vinculação a todos os termos da presente licitação, como condição indispensável de participação, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, e;
- d) Cópia do Contrato Social**, para comprovação de que quem assinou o termo tem poderes para tomar e assinar decisões para a empresa, conforme Art. 32 da Lei 8.666/93, e suas alterações,



podendo ser apresentado em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial.

3.2.2 No caso de **Sócio ou Diretor** da empresa licitante deverá anexar cópia do **Contrato Social** para comprovação que tem poderes para tomar e assinar decisões para a empresa, além do **Termo de Credenciamento** e a **Declaração de Conformidade** citados acima.

3.2.3 A não apresentação do documento de Credenciamento (do representante legal), não será motivo para a desclassificação ou inabilitação do licitante. Neste caso, o representante ficará apenas impedido de se manifestar e responder pelo licitante durante os trabalhos (formular lances, negociar preços, interpor e/ou desistir de recursos).

3.3 As empresas que pretenderem se utilizar os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar **por fora dos envelopes** de Proposta e Documentação, para análise do Pregoeiro:

**a) Declaração, firmada por contador e reconhecida em cartório**, de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termo da legislação, acompanhada da Certidão de Regularidade Profissional (DECORE/DHP eletrônica) emitida via internet, no site do Conselho Regional de Contabilidade.

3.4 O não atendimento ao solicitado no item 3.3 acima, será entendido como renúncia a qualquer privilégio e a empresa receberá o mesmo tratamento dispensado às demais não beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa.

3.5 As **Cooperativas** que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123/2006, disciplinados nos itens 6.13, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **Declaração, firmada por contador reconhecida em cartório**, de que se enquadram no limite de receita referido acima.

3.6 Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa.

3.7 O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública de pregão, consultar o Cadastro da licitante, para comprovar os poderes do Credenciamento e/ou Procuração caso necessário.

3.8 **Importante.** Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referente ao certame.

3.9 O uso de telefone celular durante a sessão de lances só poderá ser usado com a permissão do Pregoeiro.

#### **4.0 DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

4.1 No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes referentes **PROPOSTAS DE PREÇO e DOCUMENTAÇÃO**, acompanhados de **DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação bem como a ciência e vinculação a todos os termos da presente licitação, como condição indispensável de participação, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002.

4.2 Uma vez encerrado o prazo para entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.



## 5.0 PROPOSTA DE PREÇO

5.1 As propostas deverão ser apresentadas no **ENVELOPE Nº 01**, em uma via, preenchida, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada identificada com a razão social da licitante.

5.2 A proposta deverá conter o valor em moeda corrente nacional (real), com até duas casas após a vírgula, onde estejam incluídas todas as despesas inerentes ao fornecimento do bem ora licitado, como obrigações fiscais, embalagens, instalação, carga, descarga e transporte. Também é **OBRIGATORIA** a informação da marca do equipamento/material (quando solicitado).

5.3 A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da abertura da mesma.

## 6.0 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento), superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação do vencedor.

6.2 Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item 6.1, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

6.3 No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a **partir do autor da proposta classificada de maior preço**, até a proclamação do vencedor.

6.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida a disputa para toda ordem de classificação decrescente dos preços.

6.6 É vedada a oferta de lance com empate.

6.7 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

6.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.9 Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a propostas escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o **Menor preço - Por Item**, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.11.1 Encerrados os lances e declarado o vencedor, o mesmo terá o prazo de 02 (dois) dias para apresentar nova Planilha de Custos com os valores adequados ao último lance ofertado.



6.12 A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço unitário.

**6.13 Serão desclassificadas:**

- a) as propostas que não atenderem as exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos deste edital.
- c) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis.

6.14 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15 Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do **empate ficto**, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.3 ou 3.5 deste edital.

6.15.1 Entende-se como *empate ficto* aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa, empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.16 **Ocorrendo o empate**, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese dos itens 3.3 ou 3.5 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

6.17 Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item anterior deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.18 O disposto nos itens 6.13 a 6.15 deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.19 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.20 Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

6.21 A sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações, conforme previsto neste Edital.

6.22 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, as licitantes presentes.



## 7.0 DA HABILITAÇÃO

7.1 As **empresas cadastradas** junto ao Município, deverão apresentar dentro do **ENVELOPE N.º 02**, os seguintes documentos de habilitação, em vigor na data de abertura da Sessão Pública do Pregão:

7.1.1 Certificado de Registro Cadastral (CRC), expedido pelo Município de Marau, com todos os documentos em vigor e, no caso de documentos com prazo de validade vencidos, a licitante **deverá anexar junto ao CRC** (no envelope de documentação), os documentos atualizados, podendo ser apresentados em original, por copia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial e ainda poderão ser extraídos de sistemas informatizados (internet) ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração, conforme Art. 32 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

7.1.2 Declaração da licitante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, (Anexo III) e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º., Art. 32, da Lei 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.

7.1.3 Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Anexo IV), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

7.1.4 – Alvará Sanitário emitido pelo município do domicílio do licitante.

7.1.5 – Registro no *Serviço de Inspeção Federal - SIF*, ou Registro no *Serviço de Inspeção Municipal - SIM* ou ainda o Registro da *Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal – CISPOA*.

7.1.6 – Para o item 1 do lote 2, o licitante deverá apresentar inclusive a Análise Microbiológica do produto, com data de emissão inferior a 120 (cento e vinte) dias.

7.2 As **empresas não cadastradas** junto ao Município, deverão apresentar dentro do **ENVELOPE N.º 02**, os seguintes documentos de habilitação, em vigor na data de abertura da Sessão Pública do Pregão, atualizados, podendo ser apresentados em seu original, por copia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial e ainda poderão ser extraídos de sistemas informatizados (internet) ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração, conforme Art. 32 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

7.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e no caso de empresa individual, registro comercial.

7.2.2 Certidão de Inscrição no CGC/CNPJ (matriz e ou filial).

7.2.3 Prova de Regularidade com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida ativa da União);

7.2.4 Prova de Regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;

7.2.5 Prova e Regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento de encargos Sociais instituídos por Lei;

7.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.2.7 Certidão negativa de matéria falimentar, concordatária, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da mesma.



7.2.8 Declaração da licitante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, (Anexo III) e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93 e Ofício Circular 040/94 – GEP.

7.2.9 Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Anexo IV), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

7.2.10 – Alvará Sanitário emitido pelo município do domicílio do licitante.

7.2.11 – Registro no *Serviço de Inspeção Federal - SIF*, ou Registro no *Serviço de Inspeção Municipal - SIM* ou ainda o Registro da *Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal - CISPOA*.

7.2.13 – Para o item 1 do lote 2, o licitante deverá apresentar inclusive a Análise Microbiológica do produto, com data de emissão inferior a 120 (cento e vinte) dias.

7.3 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.3 ou 3.5 que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 7.1.1 ou 7.2.3 a 7.2.7 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

**I - Entende-se por restrição:**

- a) Certidão Positiva de qualquer esfera ou documento que comprove débito;
- b) Informação fiscal do contribuinte em débito (Receita Federal);
- c) Consulta de Regularidade das Contribuições Previdenciárias em débito (INSS).

7.3.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2 Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.3.3 O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.4 deste edital.

7.4 O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

## **8.0 DA ADJUDICAÇÃO**

8.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2 Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.



8.3 Encerrado o julgamento das propostas e habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

## 9.0 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3 A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão Pública do Pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da subida do recurso, sob a pena de responsabilidade daquele que houver dado causa a demora.

## 10.0 DA ENTREGA E ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 O início da entrega das mercadorias será conforme Cronograma (**ANEXO VII**) e solicitação prévia da Secretaria Municipal de Educação (Setor de Merenda) em prazo não superior a 02 dias contados após a assinatura do Contrato, totalizando as mesmas até 31 de dezembro de 2010, aproximadamente. Os dias de entrega (relacionados no cronograma Anexo VII) poderão sofrer alterações, sendo as mesmas informadas previamente com 03 (três) dias úteis de antecedência para uma melhor programação do Licitante Vencedor.

10.2 As entregas deverão ser feitas somente nos horários em que, os servidores responsáveis pela conferência, tenham disponibilidade de tempo para fazê-lo, ficando assim o Licitante Vencedor impedido de fazer as entregas em horário de intervalo (recreio) das Escolas.

10.3 Os **produtos** deverão ser de primeira qualidade e embalados em material plástico. O **rótulo** deve conter obrigatoriamente as **seguintes informações**: nome completo do produto, marca, data de fabricação e prazo de validade, nome e endereço do fabricante, peso, sigla e nº do registro em vigência no órgão competente (se houver).

10.4 O item 01 do lote 2 (leite) deverá ser **entregue em no máximo até 02** (dois) dias após a data de fabricação. O Transporte dos produtos deverá ser feito em veículo isotérmico ou refrigerado, em temperatura de refrigeração até 5°C sendo que a mercadoria deverá estar acondicionada em recipientes adequadas para transporte.

10.5 Os itens 1 e 2 do lote 1 (bebida láctea) deverão ser **entregue em até 7** (sete) dias após a data de fabricação. O Transporte dos produtos deverá ser feito em veículo isotérmico ou refrigerado, em temperatura de refrigeração até 5°C sendo que a mercadoria deverá estar acondicionada em recipientes adequadas para transporte.

10.6 **Não será aceito**, no momento da entrega, **mercadorias de marca diferente** daquelas constantes na proposta vencedora.



## 11.0 DO CONTRATO

11.1 No contrato deverão constar as seguintes obrigações da Contratada:

- a) Executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do Município;
- b) Responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo;
- c) Cumprir as Portarias e Resoluções do Município;
- d) Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto da presente licitação, inclusive os Tributos Municipais, Estaduais e Federais incidentes sobre os serviços prestados;
- e) Manter, durante todo o prazo de vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação compatíveis com a obrigação assumida;

11.2 Poderá ocorrer a rescisão do contrato, independentemente da conclusão de seu prazo, nos seguintes casos:

I - Por mútuo consenso, a qualquer tempo, recebendo a CONTRATADA, nesta hipótese, o valor dos serviços que executar até a data da ordem de paralisação dos mesmos, excluindo o montante das multas a pagar.

II - Pelo CONTRATANTE, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que seja compelido a explicar os motivos determinantes, e, também, sem que seja obrigado a responder por ônus ou prejuízos resultantes, salvo o regularmente devido à CONTRATADA, excluindo o montante das multas a pagar.

III - Pelo CONTRATANTE, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA direito a indenização de qualquer espécie, na ocorrência das seguintes situações:

- a) Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;
- b) Não recolher, no prazo determinado, as multas impostas;
- c) Abandono dos serviços;
- d) Manifesta deficiência do serviço prestado;
- e) Falta grave a juízo do Município;
- f) Falência ou insolvência; e,
- g) Não der início aos serviços no prazo previsto.

## 12.0 FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado em até 10 dias após a entrega, a contar do recebimento da fatura, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pela Secretária Municipal de Educação.

12.2 O licitante vencedor deverá **obrigatoriamente fornecer as Notas Fiscais de Fatura**, em local de fácil visualização, a identificação do presente Processo Licitatório (**PP nº 6/2010**), a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos produtos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

12.3 O **CNPJ da contratada** constante na Nota Fiscal de fatura **deverá ser o mesmo** da documentação apresentada no processo licitatório.

12.4 Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar de guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS, relativa aos empregados utilizados (quando da prestação de serviços).

12.5 Em se tratando de prestação de serviços, no pagamento, será retido do valor da contratação, o ISSQN conforme legislação, além de 11% (onze por cento) para repasse ao INSS.

12.6 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.



### 13.0 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

13.1 Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n. 8.666-93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual. Não será objeto de Reequilíbrio a ocorrência de Dissídios Coletivos de Categoria.

13.2 No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o INPC.

### 14.0 DA FISCALIZAÇÃO:

14.1 A Secretaria Municipal de Educação acompanhará e fiscalizará pelo cumprimento de todas as disposições e obrigações do presente contrato.

14.2 O CONTRATANTE poderá determinar a realização de fiscalização contínua ou temporária através de auditoria, visando a proteção dos usuários dos serviços, sugerindo as providências para sanar possíveis lacunas ou falhas nos serviços, informando as sugestões para a Secretaria Municipal de Educação.

14.3 A fiscalização sobre todos os termos do presente contrato, a ser exercida pelo CONTRATANTE, ocorrerá para preservar o interesse público, sendo que eventual atraso ou deficiência nos serviços não lhe implicará na co-responsabilidade.

### 15.0 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Descrição da Despesa						
Lote	Órgão	Despesa		Projeto	Cód. Cat. Econ.	Cat. Econômica
1	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO	0403	12 365 105 2 26	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLA	339030070000	GENEROS DE ALIMENTAÇÃO
2	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO	0403	12 366 107 2 22	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SEJA	339030070000	GENEROS DE ALIMENTAÇÃO

Lote	Código Reduzido da Despesa	Fonte de recurso	Descrição da Fonte Recurso
1	3084	1097	MERENDA ESCOLAR PNAP/PRÉ-ESCOLA
2	3425	1103	Progr. Alim. Escolar PNAE/EJA

### 16.0 DAS PENALIDADES

16.1 A recusa pelo fornecedor em atender ao objeto adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

16.2 A **entrega em desacordo** com o licitado, acarretará multa de 1,0% (um por cento), por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias, para sanar a irregularidade. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas.

16.3 O **atraso** que exceder ao prazo fixado para entrega, acarretará a multa de 1,0% (um por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10%(dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado. Após esse prazo, a contratação será rescindida, sendo aplicada às penalidades previstas.



16.4 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

**a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame:** *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

**b) Manter comportamento inadequado durante o pregão:** *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*

**c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar):** *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

**d) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado:** *advertência;*

**e) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual:** *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*

**f) Inexecução parcial do contrato:** *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

**g) Inexecução total do contrato:** *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

**h) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual:** *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

16.5 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

16.6 No caso de aplicação de multa, a **CONTRATADA** será notificada, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

16.7 As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

16.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## 17.0 DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito ao Município de Marau, nos horários das 07:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, preferencialmente com antecedência mínima de 3 (três) dias da data marcada para o recebimento dos envelopes, ao Departamento de Licitações, ou pelo fone (54) 3342-9520 ou fax (54) 3342-5650.

17.2 Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no departamento de Licitações.



17.3 Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente subseqüentes aos ora fixados.

17.4 Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax, telefone e correio eletrônico (e-mail).

17.5 Administração poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar.

17.6 A Proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, sobre o valor inicial do contrato.

17.7 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

17.8 Fazem parte integrante deste Edital:

- a) **Anexo I** – Minuta do Contrato.
- b) **Anexo II** – Formulário Padrão para preenchimento da proposta.
- c) **Anexo III** – Modelo de Declaração de Idoneidade.
- d) **Anexo IV** - Modelo declaração cumprimento Art. 7º da Constituição Federal.
- e) **Anexo V** – Modelo Credenciamento.
- f) **Anexo VI** – Modelo Declaração de Conformidade;
- g) **Anexo VII** – Cronograma de entrega do Leite;
- h) **Anexo VIII** – Cronograma de entrega da bebida láctea;
- i) **Anexo IX** – Endereço das Escolas

17.9 O Edital relativo ao objeto desta licitação, encontra-se à disposição dos interessados no site do Município [www.pmmarau.com.br](http://www.pmmarau.com.br), ou no Departamento de Licitações junto a Prefeitura Municipal.

Marau, 14 de Janeiro de 2010.

Prefeito Municipal em exercício

Sec. Mun. Administração, Fazenda e Planejamento  
Jurídico

Departamento



## ANEXO I

**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR**

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE MARAU**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ n.º. 87.599.122/0001-24, com sede na Rua Irineu Ferlin, 355, na cidade de Marau - RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício **IVANIR RONCATTO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Gilda Fialho, nº 150/102 nesta cidade de Marau – RS, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e (.....), inscrito no CGC/CNPJ sob nº ..... , com sede na ....., na cidade de ..... de neste ato representada pelo sócio-gerente, Senhor (.....), doravante denominada **CONTRATADA**, com base no resultado do julgamento da Licitação – Modalidade Pregão Presencial nº 6/2010, nos termos constantes neste instrumento.

**Cláusula 1.ª.** - O presente contrato tem por objeto o fornecimento *Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (bebida Láctea e leite) destinados a alimentação escolar*, a ser realizado pela **CONTRATADA**.

Lote	Item	Qtde	Un	Descrição	R\$ Un.	R\$ Total
1	1	11.365	li	Bebida láctea, polpa sabor morango; Embalagem de polietileno de 1 litro, Aspecto: líquido; Cor, Odo		
1	2	11.365	li	Bebida láctea, polpa sabor salada de frutas; Embalagem de polietileno de 1 litro, Aspecto: líquido;		
2	1	7.840	li	Leite integral Tipo C, embalagem de polietileno de 1 litro, Aspecto: líquido; Cor, Odor e Sabor		

§ 1º As bebidas lácteas deverão ter na entrega, **validade mínima de 35 dias** contados da data de fabricação.

§ 2º O Leite Integral Tipo C deverá ter na entrega, **validade mínima de 5 (cinco) dias** contados da data de fabricação.

§ 3º As entregas deverão ser feitas somente nos horários em que, os servidores responsáveis pela conferência, tenham disponibilidade de tempo para fazê-lo, ficando assim o Licitante Vencedor impedido de fazer as entregas em horário de intervalo (recreio) das Escolas.

§ 4º Os produtos deverão ser de primeira qualidade e embalados em material plástico, o **rótulo** deve conter obrigatoriamente as **seguintes informações**:

- a) nome completo do produto;
- b) marca;
- c) data de fabricação e prazo de validade;
- d) nome e endereço do fabricante;
- e) peso, sigla e nº do registro em vigência no órgão competente (se houver).

**Cláusula 2.ª.** - A **CONTRATADA**, atenderá ao presente Termo Contratual, obrigando-se a efetuar a entrega dos gêneros alimentícios atendendo às normas técnicas e legais vigentes, de modo a resguardar, sob todos os aspectos, a segurança e o interesse público.

§ 1º O início da entrega das mercadorias será conforme Cronograma e solicitação prévia da Secretaria Municipal de Educação (Setor de Merenda) em prazo não superior a 02 dias contados após a assinatura do Contrato, totalizando as mesmas até 31 de dezembro de 2010, aproximadamente, sendo que os dias de entrega (relacionados no cronograma Anexo VII) poderão sofrer alterações, e as mesmas serão informadas previamente com 03 (três) dias úteis de antecedência para uma melhor programação do Licitante Vencedor.



§ 2º As entregas deverão ser feitas somente nos horários em que, os servidores responsáveis pela conferência, tenham disponibilidade de tempo para fazê-lo, ficando assim a CONTRATADA impedida de fazer as entregas em horário de intervalo (recreio) das Escolas.

§ 3º Os **produtos** deverão ser de primeira qualidade e embalados em material plástico, o **rótulo** deve conter obrigatoriamente as **seguintes informações**:

- a) nome completo do produto;
- b) marca;
- c) data de fabricação e prazo de validade;
- d) nome e endereço do fabricante;
- e) peso, sigla e nº do registro em vigência no órgão competente (se houver).

§ 4º O item 01 do lote 2 (leite) deverá ser **entregue em no máximo até 02** (dois) dias após a data de fabricação e o transporte dos produtos deverá ser feito em veículo isotérmico ou refrigerado, em temperatura de refrigeração até 5°C sendo que a mercadoria deverá estar acondicionada em recipientes adequadas para transporte.

§ 5º Os itens 1 e 2 do lote 2 deverão ser **entregue em até 7** (sete) dias após a data de fabricação e o Transporte dos produtos deverá ser feito em veículo isotérmico ou refrigerado, em temperatura de refrigeração até 5°C sendo que a mercadoria deverá estar acondicionada em recipientes adequadas para transporte.

§ 6º **Não será aceito**, no momento da entrega, **mercadorias de marca diferente** daquelas constantes na proposta vencedora.

**Cláusula 3.ª.** - O preço a ser pago pelo **CONTRATANTE** pelo fornecimento do objeto do presente instrumento, será de R\$ ..... (.....) sem que incida sobre o mesmo qualquer reajuste e será pago somente após vistoria, aprovação executada pelos servidores responsáveis, certificando o fiel cumprimento deste contrato, conforme referido na Cláusula 3ª acima.

§ 1º O pagamento será efetuado em até 10 dias após a entrega das mercadorias e emissão da Nota Fiscal de Fatura.

§ 2º O licitante vencedor deverá **obrigatoriamente fornecer as Notas Fiscais de Fatura**, em local de fácil visualização, a identificação do presente Processo Licitatório (Pregão Presencial nº 6/2010) a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos produtos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

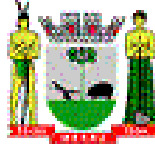
§ 3º Havendo prorrogação contratual que ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

**Cláusula 4.ª.** - A **CONTRATADA** deverá facultar o livre acesso do representante e/ou peritos do **CONTRATANTE** em suas fábricas, depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes à execução ora contratada, sem que tal fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte do **CONTRATANTE**.

**Cláusula 5.ª.** – A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de conforme cronograma a partir da assinatura deste termo para a entrega, sob pena de pagar multa de 01% (um por cento) do valor contratado por dia de atraso, até o máximo de 10% (dez por cento), que serão retidos do pagamento a ser efetuado.

**Parágrafo Único:** Qualquer alteração no prazo supra-referido dependerá da prévia aprovação, por escrito, do **CONTRATANTE**.

**Cláusula 6.ª.** - A **CONTRATADA** compromete-se a corrigir, as suas custas, parcial ou totalmente, caso os objetos apresentados não atendam aos critérios básicos legalmente estabelecidos pelo Município de Marau.



**Cláusula 7.<sup>a</sup>** – Caberá à **CONTRATADA** cumprir as Portarias e Resoluções do Município, e ainda responder por si e por seus prepostos, por danos causados ao Município ou a terceiros por sua culpa ou dolo, bem como indenizar imediatamente os que eventualmente venha causar às instalações, prédios, mobiliário, máquinas e todos os demais pertencentes do **CONTRATANTE** e a de particulares, ainda que involuntários, praticados por seus funcionários;

**Cláusula 8.<sup>a</sup>** Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal, serão da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o **CONTRATANTE**;

§ 1º - Ao **CONTRATANTE** é reservado o direito de exigir, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, a comprovação de regularidade dos referidos encargos, sendo que a **CONTRATADA** obrigatoriamente deverá anexar junto a Nota Fiscal cópia da Sefip, FGTS e GPS da empresa do mês em referência.

§ 2º – À **CONTRATADA** obriga-se o cumprimento do disposto no Inciso XXXII do Artigo 7º da Constituição Federal.

**Cláusula 9.<sup>a</sup>** - A fiscalização sobre todos os termos do presente contrato a ser exercida pelo **CONTRATANTE**, ocorrerá para preservar o interesse público, sendo que eventual atraso nesta tarefa, não lhe implicará co-responsabilidade pela eventual execução incorreta dos serviços.

**Cláusula 10** - Na vigência do Contrato, a **CONTRATADA** estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei.

a) – Advertência por escrito sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido.

b) – Aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nos seguintes casos:

I - Quando o objeto não for atendido de acordo com as especificações da proposta ou,

II – Quando não corrigir deficiência ou não refazer serviços solicitados pelo **CONTRATANTE**, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s).

c) – Suspensão do direito de licitar, num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta.

d) – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar nos casos de falta grave.

§ 1º – Para efeitos da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica a exclusivo critério do **CONTRATANTE** a definição do que sejam “pequenas irregularidade”, “gravidade da falta” e “falta grave”.

§ 2º – No caso de aplicação de multa, a **CONTRATADA** será notificada, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

**Cláusula 11** – Além das condições previstas nos artigos 77 a 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações futuras, o presente contrato poderá ser rescindido, mediante termo próprio, na ocorrência das seguintes situações:

a) – Por mútuo consenso, a qualquer tempo, recebendo a **CONTRATADA**, nesta hipótese, pela execução até a data da ordem de paralisação dos mesmos, excluindo o montante das multas a pagar.

b) – Pelo **CONTRATANTE**, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que seja compelido a explicar os motivos determinantes, e, também, sem que seja obrigado a responder por ônus ou prejuízos resultantes, salvo o regularmente devido à **CONTRATADA**, excluindo o valor das multas a pagar.

c) – Pelo **CONTRATANTE**, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista a **CONTRATADA** direito de indenização de qualquer espécie, na ocorrência das seguintes situações:

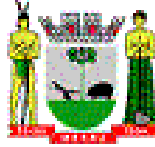
I – Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;

II – Não recolher, no prazo determinado, as multas impostas;

III – Abandono ou sublocação total ou parcial do serviço;

IV - Manifesta deficiência do serviço;

V - Falta grave ao Juízo do Município;



VI - Falência ou insolvência;

VII - Não entregar os materiais/equipamentos no prazo previsto.

**Cláusula 12** - A entrega de documentos e/ou missivas trocadas entre a **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** será efetivada, via de protocolo, única forma, aceita como prova de entrega, por ambas as partes, durante o período de vigência deste Contrato.

**Cláusula 13** - As despesas e custeio do objeto deste contrato, serão subsidiadas com recursos consignados na seguinte Dotação Orçamentária:

Descrição da Despesa					
Lote	Órgão	Despesa	Projeto	Cód. Cat. Econ.	Cat. Econômica
1	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO	0403 12 365 105 2 26	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLA	339030070000	GENEROS DE ALIMENTAÇÃO
2	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO	0403 12 366 107 2 22	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SEJA	339030070000	GENEROS DE ALIMENTAÇÃO

Lote	Código Reduzido da Despesa	Fonte de recurso	Descrição da Fonte Recurso
1	3084	1097	MERENDA ESCOLAR PNAP/PRÉ-ESCOLA
2	3425	1103	Progr. Alim. Escolar PNAE/EJA

**Cláusula 14** - Aplica-se ao presente contrato, no que couberem, as disposições da Lei 8.666, de 21 de julho de 1.993, com as alterações introduzidas pela Lei 8.883, de 08 de junho de 1.994, e os dispositivos da licitação modalidade Pregão Presencial n.º.6/2010.

**Parágrafo único** - Resta estabelecido o Foro da Comarca de Marau - RS, o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias advindas desta relação.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 03 vias de igual teor e forma.

Marau (RS), .....

\_\_\_\_\_  
 .....  
 Contratada

\_\_\_\_\_  
 Ivanir Roncatto  
 Contratante

Testemunhas:

1ª - \_\_\_\_\_

2ª - \_\_\_\_\_



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU/RS**

**PROCESSO Nº 14/2010 - PREGÃO PRESENCIAL 6/2010**

**ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL**

**Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (bebida Láctea e leite) destinados a alimentação escolar**

<b>Fornecedor</b>					
<b>Endereço</b>				<b>CEP</b>	
<b>CNPJ</b>			<b>Município</b>		
<b>Fone/Fax</b>			<b>E-mail</b>		

Pela presente, solicitamos a V.Sas. que nos seja enviada proposta para o fornecimento dos materiais/equipamentos conforme segue:

<b>Lote</b>	<b>Ítem</b>	<b>Qtde</b>	<b>Un</b>	<b>Cód.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor Unit.</b>
1	1	11.365	li	15022	Bebida láctea, polpa sabor morango; Embalagem de polietileno de 1 litro, Aspecto: líquido; Cor, Odor e Sabor: característicos, com no máximo de 60% de soro. Não deve conter qualquer tipo de impurezas ou elementos estranhos, com selo do <b>SIF</b> (Serviço de Inspeção Federal), ou <b>SIM</b> (Serviço de Inspeção Municipal) ou ainda o <b>CISPOA</b> (Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal)	
1	2	11.365	li	15023	Bebida láctea, polpa sabor salada de frutas; Embalagem de polietileno de 1 litro, Aspecto: líquido; Cor, Odor e Sabor: característicos, com no máximo de 60% de soro. Não deve conter qualquer tipo de impurezas ou elementos estranhos, com selo do <b>SIF</b> (Serviço de Inspeção Federal), ou <b>SIM</b> (Serviço de Inspeção Municipal) ou ainda o <b>CISPOA</b> (Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal)	
2	1	7.840	li	10257	Leite integral Tipo C, embalagem de polietileno de 1 litro, Aspecto: líquido; Cor, Odor e Sabor característicos. Não deve conter qualquer tipo de impurezas ou elementos estranhos, com selo do <b>SIF</b> (Serviço de Inspeção Federal), ou <b>SIM</b> (Serviço de Inspeção Municipal) ou ainda o <b>CISPOA</b> (Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal)	

**Data de entrega da Proposta: 28/01/10** até às 09:00horas.

**Entrega e Condições conforme Edital.**

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**  
 Assinatura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU/RS**

**PROCESSO Nº14/2010 - PREGÃO PRESENCIAL 06/2010**

**ANEXO III  
(MODELO)**

À Comissão de Licitações

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

(dentro do envelope nº 02)

A empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CGC/CNPJ sob nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_ através de seu Responsável Legal, declara,  
sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração  
Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**  
assinatura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU/RS**

**PROCESSO Nº 14/2010 - PREGÃO PRESENCIAL 06/2010**

**ANEXO IV  
(MODELO)**

À Comissão de Licitações

**DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO ART. 7º DA CF.**  
(dentro do envelope nº 02)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Pregão Presencial nº 06/2010, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional, pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

**CGC/CNPJ:** \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_.

**Razão Social:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**  
assinatura



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU/RS

PROCESSO Nº 14/2010 - PREGÃO PRESENCIAL 06/2010

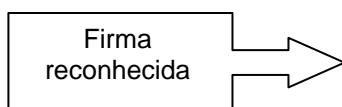
### ANEXO V (MODELO)

### CRENCIAMENTO

(por fora dos envelopes)

A empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CGC/CNPJ sob nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_ através do presente, credencia o(a) Sr(a)  
\_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade  
nº \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_ a participar da licitação  
instaurada pelo Município de Marau, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº 06/2010, na  
qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em  
nome da empresa, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao  
certame.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2010.



\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**  
assinatura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU/RS**

**PROCESSO Nº 14/2010 - PREGÃO PRESENCIAL 06/2010**

**ANEXO VI**  
(MODELO)

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

(por fora dos envelopes)

A empresa \_\_\_\_\_,  
através de seu Representante Legal, declara, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos de habilitação, ou seja, que o envelope identificado como o de nº 02, contém todas as exigências editalícias que comprovam a regularidade jurídica e fiscal, bem como a capacitação técnica e econômica da empresa, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**  
assinatura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU/RS**

**PROCESSO Nº 14/2010 - PREGÃO PRESENCIAL 06/2010**

**ANEXO VII**

**Cronograma de Entrega - Leite**

<b>DIAS</b>	<b>EMEF AFONSO VOLPATO</b>	<b>EMEF DARVIN MAROSIN</b>	<b>EMEF ELPÍDIO FIALHO</b>	<b>EMEF HONORINO P. BORGES</b>	<b>EMEF HIGINO C. PORTELA</b>	<b>EMEF PEDRO RIGO</b>	<b>EMEF 28 DE FEVEREIRO</b>	<b>ABESFA BAIRRO FÁTIMA</b>	<b>ABESFA SANTA HELENA</b>	<b>AMIS</b>	<b>APAE</b>	<b>PROJETO AABB</b>	<b>EEEF CHARRUAS</b>	<b>EEEF HERZELINO D. BORDIN</b>	<b>EEEM ANCHIETA</b>	<b>EEEM IEESTA</b>	<b>TOTAL</b>
19/04	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
03/05	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
17/05	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
31/05	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
14/06	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
28/06	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
12/07	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
09/08	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
23/08	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
06/09	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
20/09	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
04/10	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
18/10	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
01/11	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
16/11	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
29/11	50	30	30	30	40	30	35	30	25	15	25	30	30	20	30	40	490
<b>Total</b>	<b>800</b>	<b>480</b>	<b>480</b>	<b>480</b>	<b>640</b>	<b>480</b>	<b>560</b>	<b>480</b>	<b>400</b>	<b>240</b>	<b>400</b>	<b>480</b>	<b>480</b>	<b>320</b>	<b>480</b>	<b>640</b>	<b>7840</b>



## ANEXO VIII

## Cronograma de Entrega bebida láctea EMEIS

DIAS	SABOR	CAN. DO CORAÇÃO (L)	CRIANÇA FELIZ	FAVO DE MEL	MÁGICO DE ÓZ	MONTEIRO LOBATO	MUNDO ENCANTADO	TOCA DO COELHO	TIO LUIZ	SEMENTINHA	PEQUENO APRENDIZ	PINGO DE GENTE
22/02	MORANGO	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
08/03	SALADA DE FRUTA	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
22/03	MORANGO	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
05/04	SALADA DE FRUTA	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
19/04	MORANGO	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
03/05	SALADA DE FRUTA	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
17/05	MORANGO	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
31/05	SALADA DE FRUTA	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
14/06	MORANGO	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
28/06	SALADA DE FRUTA	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
12/07	MORANGO	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
26/07	SALADA DE FRUTA	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
09/08	MORANGO	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
23/08	SALADA DE FRUTA	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
06/09	MORANGO	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
20/09	SALADA DE FRUTA	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
04/10	MORANGO	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
18/10	SALADA DE FRUTA	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
01/11	MORANGO	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
16/11	SALADA DE FRUTA	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
29/11	MORANGO	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35
13/12	SALADA DE FRUTA	25	40	25	40	30	20	25	30	40	20	35



### Cronograma de Entrega bebida láctea EMEF

DIAS	SABOR	EMEF AFONSO VOLPATO	EMEF DARVIN MAROSIN	EMEF ELPÍDIO FIALHO	EMEF HONORINO P. BORGES	EMEF HIGINO C. PORTELA	EMEF PEDRO RIGO	EMEF 28 DE FEVEREIRO	ABESFA BAIRRO FÁTIMA	ABESFA SANTA HELENA	AMIS	APAE	SEJA	PROJETO AABB	EEEE CHARRUAS	EEEE HERZELINO D. BORDIN	EEEM ANCHIETA	EEEM IEESTA	TOTAL
01/03	MORANGO	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	0	50	30	60	70	630
15/03	SAL.FRUTA	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
29/03	MORANGO	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
12/04	SAL.FRUTA	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
14/06	MORANGO	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
28/06	SAL.FRUTA	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
12/07	MORANGO	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
09/08	SAL.FRUTA	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
23/08	MORANGO	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
06/09	SAL.FRUTA	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
20/09	MORANGO	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
04/10	SAL.FRUTA	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
18/10	MORANGO	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
01/11	SAL.FRUTA	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
16/11	MORANGO	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
29/11	SAL.FRUTA	60	50	30	40	50	30	45	30	25	10	25	25	60	50	30	60	70	690
<b>Total</b>		1260	1050	630	840	1050	630	945	630	525	210	525	525	1200	1050	630	1260	1470	14430



### Cronograma de Entrega bebida láctea INTERIOR

DIAS	SABOR	HENRIQUE DIAS	FREI BENJAMIN	ERNESTO DORNELES	AGOSTINHO MISTURA	TOTAL
08/03	SALADA DE FRUTA	12	15	15	10	52
22/03	MORANGO	12	15	15	10	52
05/04	SALADA DE FRUTA	12	15	15	10	52
19/04	MORANGO	12	15	15	10	52
03/05	SALADA DE FRUTA	12	15	15	10	52
17/05	MORANGO	12	15	15	10	52
31/05	SALADA DE FRUTA	12	15	15	10	52
14/06	MORANGO	12	15	15	10	52
28/06	SALADA DE FRUTA	12	15	15	10	52
12/07	MORANGO	12	15	15	10	52
26/07	SALADA DE FRUTA	12	15	15	10	52
09/08	MORANGO	12	15	15	10	52
23/08	SALADA DE FRUTA	12	15	15	10	52
06/09	MORANGO	12	15	15	10	52
20/09	SALADA DE FRUTA	12	15	15	10	52
04/10	MORANGO	12	15	15	10	52
18/10	SALADA DE FRUTA	12	15	15	10	52
01/11	MORANGO	12	15	15	10	52
16/11	SALADA DE FRUTA	12	15	15	10	52
29/11	MORANGO	12	15	15	10	52
TOTAL		240	300	300	200	1040



## Anexo IX

### Relação de Escolas de Marau, Municipais de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Escolas Estaduais e Entidades Filantrópicas.

#### Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)

Escola	Endereço / Bairro	Fone
EMEI Cantinho do Coração	R. Amatore Tramontina, 248 / Borges de Medeiros	54 3342 6020
EMEI Favo de Mel	R. Rafael Bortolini, 37 / Constante Fuga	54 3342 3778
EMEI Mágico de ÓZ	R. A, 283 / Santa Rita	54 3342 1180
EMEI Monteiro Lobato	Av. Sete de Setembro, 646 / São José Operário	54 3342 8257
EMEI Pingo de Gente	R. 15 de Novembro, 1453 / Lot. Vicente Riva	54 3342 4016
EMEI Sementinha	R. Pernambuco, 340 / Santa Helena	54 3342 4086
EMEI Tio Luiz	R. Frei Exupério, 448 / Jardim do Sol	54 3342 3538
EMEI Criança Feliz	R. Alberto Balardin / Alberto Borella	548408 8106
EMEI Toca do Coelinho	R. Ernesto Dornelles, 595 / Vila Rigo	54 3342 4370

#### Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF)

Escola	Endereço / Bairro	Fone
EMEF Afonso Volpato	R. Antunes, 198 / Santa Rita	54 3342 2922
EMEF Agostinho Mistura	São Miguel / Interior	54 9178 2490
EMEF Carlos Gomes	Gramadinho / Interior	54 3342 9548
EMEF Darwin Marosin	R. Victorio Molin, 56 / Res. Frei Adelar	54 3342 1071
EMEF Duque de Caxias	Nossa Senhora do Carmo / Interior	54 3342 9548
EMEF Elpídio Fialho	R. Bento Gonçalves, 392 / Borges de Medeiros	54 3342 4668
EMEF Ernesto Dorneles	Veado Pardo / Interior	54 9118 3367
EMEF Frei Benjamim	Laranjeira / Interior	54 9178 3511
EMEF Henrique Dias	São Caetano / Interior	54 9178 5852
EMEF Hygino Coelho Portella	Perimetral Leste, 63 –Esquina Gov. Ernesto Dorn. / Vila Rigo	54 3342 8542
EMEF Honorino Pereira Borges	R. Rio Grande do Sul, 501 / Vila Fátima	54 3342 0976
EMEF Luiz João Marini	Santo Antônio do Planalto / Interior	-
EMEF Lauro Riccieri Bortolon	R. Almirante Saldanha, 76 / Angela Borella	54 3342 4101
EMEF Pedro Bordignon	Linha 24 – São Brás / Interior	54 3342 9548
EMEF Pedro Rigo	R. José Primo Bernardi, 517 / São Pelegrino	54 3342 1566
EMEF Prof. Valentino Nuncio	Posse Boa Vista / Interior	-
EMEF Vinte e Oito de Fevereiro	R. Francisco Balardin, 1392 / Santa Lúcia	54 3342 3014

#### Escolas Estaduais

Escola	Endereço / Bairro	Fone
EEEM Anchieta	R. Anchieta, 335 / Centro	54 3342 1465
EEEF Charruas	Av. Barão do Rio Branco, 885 / Centro	54 3342 1117
EEEF Herzolino David Bordin	R. Emílio Viecilli, 372 / Constante Fuga	54 3342 2333
IESTA – Inst. Est.Sto. T. de Aquino	R. Rui Barbosa, 194 / Centro	54 3342 4004

#### Entidades Filantrópicas, Projetos.

Escola	Endereço / Bairro	Fone
APAE	R. José Primo Bernardi, 989 / Lot. Bernardi	54 3342 6911
ABESFA	Vila Fátima	54 3342 2357
ABESFA	Bairro Santa Helena	54 3342 2408
AMIS	Estrada Linha 25	54 3342 9534
Projeto Salada Brasileira	R. Bento Gonçalves, 1398 / Planalto	-
Proj. Aprendendo Const. AABB Com.	Parque Municipal Lauro Riccieri Bortolon	54 3342 2302

**Secretaria Municipal de Educação / Setor de Merenda Escolar – 54 3342 - 9548**